



Análise

14/04/2012 – Pode-se ainda falar em hegemonia americana?.....p.01

A crise econômica de 2007/2008 reacendeu o debate sobre a governança global e a hegemonia americana. Esta análise mostrará diferentes opiniões sobre a situação atual dos EUA, evidenciando fragilidades do discurso oficial. Os impasses apresentados apontam para a possibilidade de redução da influência dos EUA no sistema internacional, o que leva a avaliar possíveis transformações da atual ordem mundial.

Texto Informativo

14/04/2012 – As revoltas estudantis no Chile.....p.06

Desde o ano de 2011, o Chile vem passando por uma onda revolucionária promovida pelos estudantes de ensino superior. A manifestação mais recente, datada de março de 2012, sugere que deficiências políticas herdadas de governos anteriores ainda persistem no país e acentuam a intolerância desses cidadãos, o que reforça as instabilidades relacionadas ao setor.

Pode-se ainda falar em hegemonia americana?

Análise

América

Daniel Teixeira da Costa Araujo

14 de abril de 2012

A crise econômica de 2007/2008 reacendeu o debate sobre a governança global e a hegemonia americana. Esta análise mostrará diferentes opiniões sobre a situação atual dos EUA, evidenciando fragilidades do discurso oficial. Os impasses apresentados apontam para a possibilidade de redução da influência dos EUA no sistema internacional, o que leva a avaliar possíveis transformações da atual ordem mundial.

Face ao desarranjo do sistema financeiro internacional decorrente da crise econômica de 2007/2008 e suas consequências para a ordem mundial, ressurgiu o debate sobre a governança global e a perda da hegemonia americana no cenário internacional. Esse debate coloca em questão premissas que despontaram com o fim da Guerra Fria e colapso da URSS, tais como a unipolaridade do sistema internacional, o modelo neoliberal do Consenso de Washington¹, a democracia como modelo político de excelência e a eficiência dos regimes internacionais.

Em janeiro de 2012, Robert Kagan² reacendeu esse debate ao refutar o chamado mito do declínio americano. O artigo, publicado em 11 de janeiro de 2012, no *The New Republic*, rendeu comentários na imprensa em geral e até mesmo, segundo o blog *The Cable*³, do presidente Barack Obama, que o teria lido, citando-o

indiretamente em seu *State of Union*⁴, de 24 de janeiro. Dentre os argumentos contratados por Kagan, destaca-se a perda de poder e influência dos Estados Unidos frente aos problemas econômicos e à ascensão recente de outras potências.

Assim, a presente análise se propõe a inquirir sobre a situação atual dos EUA com relação aos impasses que apontam para uma redução de sua influência no sistema internacional e a avaliar as possíveis transformações que tal fato acarretaria para a atual ordem mundial.

O discurso oficial

No referido *State of Union*, Obama afirmou que “quem quer que diga que a América está em declínio ou que nossa influência diminuiu, não sabe do que está falando”⁵. O presidente frisou ainda que a renovação da liderança americana pode ser sentida em todo o mundo, do reforço das antigas alianças com Europa e Ásia, à cooperação militar com Israel, passando pela segurança das Américas, por programas contra a fome e pela segurança nuclear.

Otimismo à parte, as afirmações de Obama, ainda no *State of Union*, sobre a reestruturação da indústria automotiva e a

¹ Conjunto de medidas que, em 1990, tornaram-se a política oficial do FMI para a promoção do ajustamento macroeconômico de países em desenvolvimento. Dentre as regras básicas, destacam-se disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, abertura comercial, investimento estrangeiro direto e privatização de estatais.

² Pesquisador sênior da *Brookings Institution* e conselheiro de campanha para assuntos de Segurança Nacional e Política Externa de Mitt Romney, pré-candidato às próximas eleições presidenciais dos EUA pelo Partido Republicano.

³ Blog ligado à revista *Foreign Policy*.

⁴ *State of Union* é um discurso que o Presidente dos EUA faz anualmente para o Congresso americano, no qual informa as condições da nação, assim como delinea sua agenda legislativa e as prioridades nacionais.

⁵ <http://www.guardian.co.uk/world/2012/jan/25/state-of-the-union-address-full-text>

necessidade de trazer empregos de volta aos EUA mostram, senão certa debilidade interna evidente, a grande dependência ao mercado externo e, por consequência, alguma vulnerabilidade frente ao desaquecimento da economia global. Esse esforço atual do governo americano aponta para a necessidade de um Estado mais forte do que apregoavam os neoliberais na resolução de ineficiências estruturais e econômicas e revela sim certo enfraquecimento da potência.

É certo que esse enfraquecimento precisa ser relativizado, pois, por enquanto, atinge mais propriamente o desempenho econômico e resvala nas políticas sociais, pouco alterando a posição relativa do país no sistema internacional. Daí a iniciativa do governo de incentivar reformas que privilegiem, através de recompensas fiscais, a criação de empregos em território americano, a revisão da lei das hipotecas e o abrandamento das leis anti-imigração, em detrimento de alguma mudança na política externa do país, por exemplo.

Além de outras medidas relacionadas ao comércio, a declaração do presidente de que irá a qualquer lugar para abrir novos mercados para produtos americanos e o anúncio da criação de uma unidade de monitoramento comercial, encarregada de investigar práticas injustas de comércio, revelam que o país está buscando recuperar um espaço perdido no comércio internacional. Tal iniciativa pode ser vista como afronta à Organização Mundial do Comércio (OMC), já que poderia haver sobreposição de competências⁶.

Vale destacar também que o empenho de Obama em reduzir os custos educacionais para os estudantes, o que reduziria o endividamento pessoal e incentivaria o

investimento, assim como o anúncio da facilitação da emissão de vistos para países como Brasil e China, expõem a necessidade de estímulo à economia interna como estratégia para recobrar forças.

O mito do declínio americano

Robert Kagan rejeita, ao mesmo tempo, a tese do declínio americano e a crença de que, mesmo com uma possível redução do poder americano, as bases da atual ordem internacional liberal sobreviveriam⁷. Segundo Kagan, caso esse declínio se efetive, ele implicará um outro ordenamento, pois o mundo atual reflete princípios e preferências do modelo americano pós-Guerra Fria, tais como um número sem precedente de democracias, prosperidade global e longo período de paz entre potências, os quais teriam sido preservados até agora em grande medida pelo poderio político, econômico e militar americano.

Parece compreensível, para Kagan, a impressão de declínio em função da crise econômica de 2007/2008, do déficit fiscal e do constante crescimento de países como China, Índia e Brasil. Soma-se a isso a perda de legitimidade em decorrência de certas posturas americanas nas incursões militares em resposta aos atentados de 11 de setembro e do desrespeito aos direitos humanos relacionados à prisão de Guantánamo, o que teria comprometido, em parte, seu poder de influência. Além disso, as dificuldades nas guerras do Iraque e do Afeganistão parecem ter revelado os limites do uso do poder militar e empurrado os EUA para além de suas capacidades. A postura reticente dos EUA frente aos conflitos ligados à Primavera Árabe parece refletir, de certo modo, essa visão.

Com isso, segundo o argumento de Kagan, qualquer revés da política externa

⁶ A OMC, enquanto organização multilateral de negociação de acordos comerciais, tem exercido seu papel na resolução de disputas comerciais, através do Órgão de Solução de Controvérsias, com base em regras pré-estabelecidas, não cedendo a pressões de grandes potências em contenciosos contra pequenos países. A criação dessa unidade de monitoramento comercial poderia abrir precedente para o esvaziamento das atribuições da OMC.

⁷ Esse argumento de que as bases da atual ordem mundial liberal sobreviveriam a uma mudança no sistema foi defendido por John Ikenberry, professor de Política e Relações Internacionais na Princeton University.

americana tende a reforçar essa impressão de declínio, como bem exemplificam o problema cambial com a China, as tentativas malsucedidas de dissuasão do programa nuclear iraniano e o fracasso das tentativas de acordo de paz entre israelenses e palestinos.

Interpretando esses fatos como uma percepção errônea do declínio, Kagan diz que o assunto merece uma avaliação rigorosa e destaca alguns indicadores que revelariam tal engano: o tamanho e a influência da economia com relação à de outras potências; a magnitude do poder militar comparado ao de potenciais adversários; o grau de influência política exercida no sistema internacional; além da importância do tempo, pois grandes potências raramente declinam repentinamente.

Segundo Kagan, em termos econômicos, a participação dos EUA não se alterou muito nos últimos anos, ficando em torno de 25% da produção mundial desde o crescimento da Alemanha e do Japão durante a Guerra Fria, ao passo que o crescimento de China, Índia e outros se teria dado às custas do declínio da Europa e do Japão, e não dos EUA. Kagan vê como pouco provável que a economia chinesa ultrapasse a americana nas próximas duas décadas, visto que a China ainda terá que lidar com desafios como desenvolvimento sustentável e distribuição de renda.

Quanto à capacidade militar, os EUA continuam incomparáveis, sem aparente redução de seu poder relativo. Segundo Kagan, os Estados Unidos gastam anualmente, sem contar os gastos com as tropas no Iraque e Afeganistão, menos de \$600 bilhões de dólares em defesa, correspondente a menos de 4% de seu PIB, valor superior ao investimento de outras potências combinadas. Além disso, atualmente as forças aérea e terrestre americanas são as mais bem equipadas, com mais experiência em combates e sua marinha continua predominante em todas

as regiões do mundo.

Com relação à ascensão recente de outros países, para Kagan, não haveria correspondência direta entre crescimento econômico e poder de influência, principalmente pelo fato de a parcela dessas economias emergentes no PIB mundial ter permanecido inalterada nos últimos anos. Fator importante recai em saber quem são essas potências emergentes, pois, sendo aliadas dos EUA, pouco influiriam na mudança do sistema internacional. Kagan compara a rápida ascensão econômica de Alemanha e Japão durante a Guerra Fria, que teria representado seguramente mais apreensão do que o caso atual de Brasil, África do Sul e Índia, por estes manterem parcerias estratégicas com os EUA. A exceção incorre, hoje, apenas sobre as incógnitas China e Rússia, que podem reverter o crescimento econômico em força militar, as quais ainda assim encontrariam dificuldades em projetar sua influência devido às parcerias estratégicas que os EUA mantêm na região.

Assim, para Kagan, o que contribuiria para essa impressão de declínio americano seria uma falácia nostálgica, segundo a qual certos eventos hoje escapariam ao controle americano, ao passo que, no passado, os EUA teriam moldado o mundo de acordo com seus interesses e ideais. Com isso, esquece-se de momentos da história recente que revelam a impotência americana frente a eventos como a Revolução Comunista na China e em Cuba, a ascensão de outras potências nucleares e o fracasso das incursões militares na Coreia do Norte e no Vietnã. Sem contar que a imagem da cultura americana difundida nem sempre correspondeu apenas ao *American way of life*⁸ dos filmes e músicas, mas também à segregação racial, ao consumismo, ao corporativismo do setor financeiro e ao apoio às ditaduras militares na América Latina.

⁸ Expressão que se tornou conhecida, referindo-se ao estilo de vida americano.

O reverso da história

Michael Porter e Jan Rivkin⁹, em dois artigos para a *Harvard Business Review* de março de 2012, revelam que os EUA estão se tornando menos atrativos para investimentos e negócios. Segundo os autores, entre 1999 e 2009, a parcela americana nas exportações mundiais em quase todos os setores industriais caiu. O fato preocupante é que as estatísticas evidenciam a exportação de empregos em setores estratégicos e de alto valor agregado: -36% em aeroespacial, -9% em tecnologia da informação, -8% em equipamentos de comunicação e -3% em automóveis¹⁰.

Para Porter e Rivkin, a erosão da competitividade dos EUA começou bem antes da recente crise econômica com o triunfo do capitalismo ocidental sobre o comunismo com o fim da Guerra Fria, integrando países, antes fechados, ao mercado global através da abertura comercial, melhora da comunicação e da logística. Hoje em dia, esses países apresentam melhorias em estratégias econômicas como salários baixos e juros altos, condições propícias ao investimento externo. Por outro lado, desde a crise, a competitividade dos EUA vem sendo mantida artificialmente através de medidas de estímulo que levam ao aumento do desemprego, diminuição da participação dos trabalhadores e desvalorização do dólar, com efeito negativo para a economia no longo prazo e imediato no âmbito social.

Assim, apesar de possuírem diferenciais em áreas importantes como empreendedorismo e educação, os EUA acabam perdendo essa vantagem devido a problemas estruturais, sobre os quais falta acordo entre Republicanos e Democratas para resolvê-los. Para a solução dessas

ineficiências, Porter e Rivkin estabelecem agendas distintas, porém complementares, para o governo e empresários: o governo atuaria na redução de impostos e subsídios, proteção de setores fundamentais de inovação e direito de propriedade, eliminação de distorções de comércio e investimento para evitar a exportação de empregos, incentivo a companhias no investimento em suas próprias localidades; os empresários, por sua vez, no reexame de oportunidades de realocação de indústrias nos EUA, na recusa do amparo de subsídios, aprimoramento de suas próprias localidades e reconhecimento dos custos ocultos na exportação de indústrias.

Considerações finais

Com o sistema unipolar surgido do fim da Guerra Fria, os EUA, na posição de única potência hegemônica no mundo, provaram sua superioridade exercendo liderança e difundindo, mesmo que paradoxalmente através da força, a democracia liberal. Porém, a crise financeira de 2007/2008 parece ter evidenciado fragilidades do sistema neoliberal apoiado pelos EUA, fazendo alguns alardearem seu declínio.

Há que se ter em mente a distinção entre declínio e decadência e reconhecer que os EUA ainda não caminham rumo à segunda opção. O governo Obama parece estar atento às mudanças necessárias para minimizar a perda de seu poder de influência, porém, as pressões de potências emergentes que têm ganhado espaço no ambiente internacional mostram uma provável alteração em direção a um sistema mais multilateral com focos de interesse diversificados.

Difícilmente essa nova ordem escapará de questões como regulação do setor financeiro, sustentabilidade, inclusão social, redistribuição de renda, revisão da divisão internacional do trabalho e multilateralismo. O atual declínio americano talvez possa ser visto como parte dessa engrenagem.

⁹ M. Porter é professor na Bishop William Lawrence University e J. Rivkin é professor na Harvard Business School.

¹⁰ Fonte: UN Commodity Trade Statistics Database e IMF BOP Statistics.

Referências

Harvard Business Review:

<http://hbr.org/archive-toc/BR1201>

The Brookings Institution:

https://www.brookings.edu/opinions/2012/0117_us_power_kagan.aspx

The Economist:

<http://www.economist.com/node/21547770>

<http://www.economist.com/blogs/democracynamerica/2012/02/world-order?fsrc=scn/fb/wl/bl/thestakesofamericanhegemony>

The Foreign Policy:

http://thecable.foreignpolicy.com/posts/2012/01/26/obama_embraces_romney_advisor_s_theory_on_the_myth_of_american_decline

The Guardian:

<http://www.guardian.co.uk/world/2012/jan/25/state-of-the-union-address-full-text>

The New Republic:

<http://www.tnr.com/article/politics/magazine/99521/america-world-power-declinism>

Palavras-chave: Hegemonia americana; Mito do declínio americano; Governança Global.

As revoltas estudantis no Chile

Texto Informativo

América

Jéssica Silva Fernandes

Nathasha Soares

14 de Abril de 2012

Desde o ano de 2011, o Chile vem passando por uma onda revolucionária promovida pelos estudantes de ensino superior. A manifestação mais recente, datada de março de 2012, sugere que deficiências políticas herdadas de governos anteriores ainda persistem no país e acentuam a intolerância desses cidadãos, o que reforça as instabilidades relacionadas ao setor.

Algumas mudanças na forma de condução política chilena adotadas por governos que prezaram pelo desenvolvimento fizeram com que o país reorganizasse diversos setores. Nesse contexto a educação passou por modificações que impactaram na formação de estudantes, principalmente, aqueles que desejam se graduar em curso superior. Em função dessa questão traduzida como problema educacional, vis-à-vis a insatisfação popular, várias reivindicações de estudantes contra o sistema educacional do país têm tomado o cenário do Chile desde meados de 2011.

A manifestação mais recente ocorreu no dia 16 de março de 2012, quando os estudantes chilenos retornaram às ruas reivindicando melhores condições no ensino superior e protestando contra a privatização.

De acordo com autoridades chilenas, cerca de 50 pessoas foram presas em função desses protestos no dia 16. Vale ressaltar que embora os manifestantes tenham reivindicado mudanças educacionais por vários meses no ano de 2011, a recente manifestação pode ser vista como o retorno do movimento em 2012.

Ao se observar as manifestações de estudantes em 2011, tem-se que estas iniciaram em maio de 2011, e reuniram cerca de 200 mil estudantes, até novembro de 2011.

Liderados por uma jovem estudante de 23 anos, Camila Vallejos estudante de Geografia da Universidade do Chile, os manifestantes reivindicam a modificação do atual *status quo* da educação vigente no país.

Embora reivindicações tenham ocorrido a menos de dez anos e a presidente do país, em 2006, tenha tentado equacionar os impasses, os jovens manifestantes de 2011 buscavam demonstrar que muitas questões educacionais ainda precisavam ser mais bem negociadas e ainda em 2012 apresentam grande necessidade de discussão e reformulação.

Os problemas da educação no Chile

Ao se fazer uma breve retrospectiva histórica e a partir de informações fornecidas por estudantes que conhecem a realidade chilena, no que diz respeito à educação, demonstra-se alguns pontos considerados relevantes para o entendimento da atual questão.

Observa-se que o sistema educacional sofreu alterações com a mudança de orientação política. Os períodos que se destacaram foram principalmente o Governo de Allende e a ditadura do General Augusto Pinochet.

De forma resumida esses dois períodos marcam a transição de uma estrutura democrática para uma estrutura de

governo ditatorial. A partir desse momento político foram destinados maiores incentivos à privatização e liberalização, de diversas esferas sociais e começava-se a observar que a produtividade bem como eficiência dos setores privatizados superava a dos setores estatizados, favorecendo os objetivos de desenvolvimento econômico almejados pelos governantes do país.

A Revolta dos Pingüins

Em 2006, jovens estudantes do Ensino Médio se mobilizaram e realizaram diversas passeatas por um discurso em prol do estabelecimento de novas ordens que melhorassem a educação. O movimento caracterizado como “Revolta dos Pinguins” (em função do uniforme que utilizavam) passou a ser aderido pelas famílias e organizações da sociedade civil.¹

As principais reivindicações foram: “a gratuidade do exame de seleção para a universidade (PSU), passe escolar grátis e sem restrições de horário para transporte municipal, melhoria e aumento da merenda escolar além da reforma das instalações sanitárias em estado inadequado para utilização em muitas escolas” (Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 38 maio/ago. 2008).

De acordo com as informações apresentadas pela Revista Brasileira de Educação, 2008, os manifestantes de 2006, tiveram suas reivindicações em grande medida atendidas ou equacionadas pela presidente Bachelet. Ela ampliou os debates nas assembléias estudantis e a adesão de outros agentes políticos, como o sindicato docente, os quais vieram a dar maior profundidade e amplitude à pauta inicial, que passou a incluir, entre outros pontos, a anulação da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE), instituição criada no período Pinochet e que foi mantida pelos governos

sucessores. Esta lei, LOCE, surgiu em 10 de março de 1990, um dia antes de Pinochet entregar o poder.

Durante a ditadura do general a educação chilena foi perdendo seu caráter público e se tornando cada vez mais privada. Mas os ideólogos de Pinochet supuseram que, com o fim da ditadura militar, os novos governos poderiam descumprir as normas estabelecidas no período ditatorial, e retomar a educação pública, por isso, a necessidade da criação de uma lei que legitimasse a liberalização da educação.

As Reivindicações dos manifestantes

A “Ley de Instrucción Primaria Obligatoria” que “assegurava a gratuidade da educação primária fiscal para toda a população e a obrigatoriedade da mesma”², promulgada em 1920 é vista por alguns como a primeira grande mudança na Educação chilena.

Uma semelhança vista entre esse período e o atual é que para que tal lei fosse aprovada levou-se um período de 20 anos, o que se assemelha ao contexto atual, pois soluções concretas tem sido reivindicadas a algum tempo e apesar disso não foram de fato consolidadas e pelo que se observa no contexto atual, estão longe de existir.

Apesar dessa impossibilidade de se chegar a uma solução satisfatória, os jovens liderados por Camila Vallejos, do órgão estudantil do Chile chamado Federação de Estudantes da Universidade do Chile (FEUC), dão sequência ao processo de reivindicações que visem melhorias para a educação. A estudante líder do órgão é considerada braço jovem do Partido Comunista, JJCC, o qual se relaciona ao movimento das marchas em oposição ao General Augusto Pinochet.³

² “[...]que aseguraba la gratuidad de la educación primaria fiscal para toda la población e introducía la obligatoriedad de la misma.” < <http://blogs.elmercurio.com/columnasycartas/2011/10/26/cuando-se-jodio-chile.asp>>

De acordo com a líder estudantil, “O mercado da Educação falhou no Chile” e por isso têm-se pontos a serem debatidos. Na pauta de discussões três pontos são considerados de destaque e são caracterizados como Estatização, a Gratuidade, e a Qualidade. Embora tenha se estabelecido um pacto educacional no governo Bachelet a fim de equacionar os problemas dos “Pinguins” de 2006, percebe-se que atritos ainda são mantidos na pauta de política e educação.

Em entrevista realizada com um estudante chileno⁴, constatou-se que o modelo educacional do Chile se baseia em três tipos de colégios: os “liceos”; colégios com Orçamento do Estado os colégios subvencionados, e os colégios privados que encontram apoio no orçamento municipal, isto é, entes privados se encarregam da administração bem como das finanças apesar de conseguirem relativo apoio orçamental do município.

As instituições estudantis chilenas são bastante fortes e engajadas e o ideal do atual movimento estudantil que tem mobilizado milhares de cidadãos é que se excluam os colégios subvencionados e que esses passem a ser administrados pelo governo central – propõe-se assim o fim da mercantilização da Educação e defende-se a Estatização do Modelo Educacional.

Outro ponto reivindicado é a Gratuidade, no modelo educacional chileno. Nesse país, todos os estudantes, com exceção dos poucos que dispõem de bolsas de estudo, devem pagar pela educação universitária, seja em Universidades Públicas ou em Universidades Privadas, e como constatadas a partir das fontes buscadas e dos estudantes entrevistadas os preços das mensalidades são elevados. Em função disso o governo concede um crédito aos estudantes para que possam pagar essas

tarifas, porém as taxas de juros provenientes desse crédito estatal são relativamente altas, o que inviabiliza o acesso à educação. Assim, os estudantes têm reivindicado a gratuidade, de fato, do ensino público.

Ademais, há a questão que se refere à gratuidade e que diz respeito às Universidades privadas. Conforme previsto por lei no Chile, as Universidades Privadas tem que ser fundações, ou seja, instituições sem fins lucrativos. Não obstante, a grande maioria das faculdades privadas, com ênfase para aquelas que ainda não têm uma reputação consolidada estão voltadas a auferir lucros elevados e negligenciam a qualidade educacional oferecida. A reivindicação que se faz nesse caso é que as universidades não lucrem com a educação e cobrem um preço justo para oferecê-la.

O terceiro ponto reivindicado pelos estudantes se refere à qualidade da educação oferecida. Como mencionado, muitas universidades e institutos visam o lucro e não se preocupam com a qualidade do ensino. Nesse contexto de comercialização educacional passa-se a ampliar cada vez mais uma nova classe social, constituída por desempregados “informados”, ou ainda jovens que se qualificaram e não conseguem atuar na área pleiteada.

De acordo com as informações encontradas esses desempregados geralmente são alunos que se formaram em instituições de baixa qualidade, que devido à formação obtida não são considerados aptos a concorrer em nível de igualdade com aqueles que se formam nas melhores universidades do país.

Atualmente, embora sejam percebidos inúmeros problemas no que tange à negociação desse impasse, o governo se mostra aberto ao diálogo, mas não faz proposições que levem a mudanças reais por acreditar que o movimento por si só será dissuadido.

<http://www.cartacapital.com.br/internacional/ao-comando-de-camila-vallejo/>

⁴ Francisco Javier- Aluno de uma Universidade de Excelência no Chile

Considerações Finais

Como tratado, há muito o Chile vem se deparando com manifestações estudantis que revelam a insatisfação de seus cidadãos com o Sistema de Educação.

Por meio das diversas reivindicações que se observa na trajetória da história chilena, percebe-se que os cidadãos são culturalmente intolerantes ao que lhes parece injusto. E mesmo que a educação seja um ponto falho na pauta de incentivos estatais a população se mostra consciente dos direitos que o governo pode assegurar.

Esses movimentos marcam um momento chave na história chilena quando uma grande mudança pode ser feita em prol de um Chile mais desenvolvido e igualitário ou quando apenas se pode aplicar medidas sem força o suficiente para impedir que reivindicações semelhantes venham a ocorrer nos anos posteriores.

Os problemas no setor educacional, portanto, sugerem que as inconstâncias sociais podem ser oriundas de uma deficiência política herdada por períodos anteriores e cujas consequências ainda são sentidas e reivindicadas em gestões posteriores. Percebe-se a negligência política de setores sociais e principalmente do setor educacional, motivando a insatisfação civil.

Algo que se pode observar com a análise de períodos anteriores na história chilena é o incentivo ao desenvolvimento do país que com vistas à consolidação econômica foi um fator que influenciou de forma relevante o sistema educacional do país.

Desse modo, quando se pensa em uma herança deixada por Pinochet, no que tange à educação chilena, talvez se pense num modelo educacional no qual as classes médias e mais abastadas são privilegiadas não só pela posse de recursos, mas pela possibilidade de inserção num curso superior sem um posterior endividamento, e sem se tornarem “desempregados informados”

como têm acontecido com muitos estudantes que concluem a graduação em instituições de baixa qualidade.

Por fim, no que tange à estrutura educacional nota-se que embora o Chile seja um país bem desenvolvido e com elevados indicadores de PIB, o que pode ser entendido como um ponto positivo economicamente não é refletido diretamente na Educação nacional.

O que é enfatizado, portanto, é que os incentivos à educação são poucos ou insuficientes, e dessa forma tem-se incentivos para que instituições de ensino que visam fins lucrativos e não prezam pela qualidade oferecida ganhem espaço na sociedade chilena e no “mercado” de educação do país.

Do ponto de vista econômico a lógica de lucros sobre mercadorias é perfeitamente aplicável para empresas que desejam oferecer produtos que satisfaçam seus clientes em troca de um preço considerado justo economicamente.

Não obstante, a lógica da mercantilização já se mostrou insatisfatória quando aplicada ao setor educacional. Como visto, “empresários”, ou donos de algumas faculdades não se preocupavam com a qualidade do “produto”, ou da informação a ser fornecida, e mesmo assim almejavam retornos elevados para fazê-lo.

Camila Vallejo, menciona assim que “A educação não se vende, defende-se”, traduzido como um dos lemas da FECH, alusivo ao fato de o ensino ter se transformado num negócio puro e simples, sem relação com o mercado laboral e com as necessidades técnicas, profissionais e de desenvolvimento do país. “Há instituições que lucram com os recursos dos estudantes e das suas famílias e isso tem que ser regulado pelo Estado”, diz Camila Vallejo⁵.

⁵

<http://www.beinternacional.eu/pt/noticias/2409-camila-vallejo-o-mercado-da-educacao->

Ainda que a líder Camila defenda apresente uma preocupação com os problemas relacionados à educação, deve-se ressaltar que existem vários interesses políticos e pessoais que podem diminuir o mérito de Vallejos.

Pode-se concluir, portanto, com o provérbio que diz: “uma corrente é tão forte quanto seu elo mais fraco”⁶ que é geralmente aplicado ao caso do Chile, pois, com frequência fontes chilenas afirmam que “este país tem elos fracos, e dentre os mais fracos está a educação”⁷, como visto ao longo do texto.

Referências

<http://www.esquerda.net/dossier/estudantes-procuram-acabar-com-heran%C3%A7a-de-pinochet>

<http://www.esquerda.net/dossier/breve-hist%C3%B3ria-do-movimento-estudantil>

<http://www.esquerda.net/dossier/li%C3%A7%C3%B5es-do-movimento-estudantil-chileno>

<http://www.esquerda.net/dossier/paralisa%C3%A7%C3%A3o-estudantil-contruma-educ%C3%A7%C3%A3o-em-crise-em-um-pa%C3%ADs-do-primeiro-mundo>

<http://www.esquerda.net/dossier/estudantes-procuram-acabar-com-heran%C3%A7a-de-pinochet>

[falhou-no-chile](#)

⁶ “una cadena es tan fuerte como su eslabón más débil”

<<http://blogs.elmercurio.com/columnasycartas/2011/10/26/cuando-se-jodio-chile.asp>>

⁷ Tradução livre de “[...]este país tiene eslabones débiles. Y entre los más débiles se cuenta la educación.”

<<http://blogs.elmercurio.com/columnasycartas/2011/10/26/cuando-se-jodio-chile.asp>>

Sobre a Constituição do Chile:
http://www.oas.org/juridico/mla/pt/chl/por_chl-int-desc-system.pdf

<http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/crise-no-chile-e-de-representacao-politica-diz-pesquisador>

A “revolta dos Pinguins” e o Governo Pinochet

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/02.pdf>

Chile Mudança Política e Inserção Internacional

<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v40n2/a03v40n2.pdf>

¿Cuándo se jodió Chile?

<http://blogs.elmercurio.com/columnasycartas/2011/10/26/cuando-se-jodio-chile.asp>

http://www.cepchile.cl/dms/lang_1/home.html,

http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2012/03/120315_chile_estudantes_cc_rn.shtml

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral:
Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico:
Prof. Danny Zahreddine
Prof. Jorge Mascarenhas Lasmar
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros:; Daniel Teixeira da Costa Souza; Déborah Silva do Monte; Gustavo dos Santos de Miranda; Márcia de Paiva Fernandes; Mariana Balau Silveira; Paulo Henrique Ayusso; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raysa Kie Takahasi; Ricardo Bezerra Requião.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais,
prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte -
MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website:
<http://www.pucminas.br/conjuntura>